

Fim da transparência e da estabilidade

PRESIDENTE DO INSTITUTO ACENDE BRASIL, CLAUDIO SALES, CRITICA AS ÚLTIMAS INTERVENÇÕES GOVERNAMENTAIS E AFIRMA QUE AS MEDIDAS FIZERAM COM QUE O SETOR ELÉTRICO PERDESSE DUAS DE SUAS PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS

Por Adriana Maciel

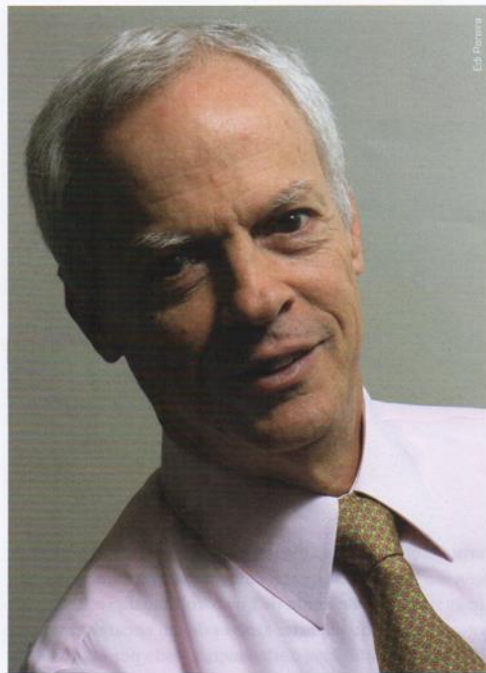
Com a aprovação da Medida Provisória 579, em setembro de 2012, e a Resolução nº3 do Conselho Nacional de Políticas Energéticas (CNPE), que entrou em vigor neste ano, o setor elétrico vem passando por um processo de intervenções – governamentais e judiciais – para tentar minimizar os impactos econômicos negativos para as geradoras, transmissoras e distribuidoras.

Diante desse cenário de liminares e tentativas do governo de reduzir a tarifa de energia a qualquer custo, o presidente do Instituto Acende Brasil, Cláudio Sales, faz uma análise dos efeitos dessas mudanças para o setor. Para o executivo, o setor elétrico perdeu suas principais características: o da transparência e estabilidade.

Em artigo recente, o senhor discorreu sobre o que chamou de “falso mito dos grandes reservatórios” e finalizou dizendo que não há espaço para amadores ou campanhas publicitárias. O que quis dizer com isso?

Imagina um grande reservatório que permite acumular água num volume muito maior do que a demanda daquela própria usina em diferentes estações do ano. Esses reservatórios de acumulação plurianual geralmente se localizam mais para os lados das cabeceiras dos rios, porque acumulam um grande volume de água que pode ser utilizado em cadeia, não só pela própria usina, que estaria anexa a esse reservatório, mas por

outras usinas em cascata existentes ao longo do rio. O Brasil tem 1071 usinas, das quais UHEs de grande porte são 191 porém usinas com reservatório plurianual são apenas 26. E por que não tem mais? Porque a opção por se construir o reservatório plurianual não é produto exclusivo da vontade do planejador, ela pressupõe que existe uma condição geográfica, que existe um local que permita uma condição de se construir o reservatório dessa natureza. Atualmente, há três grandes reservatórios teoricamente possíveis de ser construídos, porém o próprio governo já retirou das possibilidades de construção, dois deles por estarem em terras indígenas, e um deles é no rio Madeira, e boa parte invadiria o território boliviano. Importante entender por que frequentemente tem havido manifestações, até na imprensa, chamando atenção para a necessidade de o Brasil construir usinas com reservatórios de acumulação plurianual, porque em vez de acionar térmicas, usaríamos a água do reservatório. As pessoas que dizem isso não falam que o Brasil não comporta esse tipo de UHE agora, porque você tem que ter uma topografia que permita fazer o reservatório. Imagine você ter que fazer um reservatório numa região plana, como a Amazônia, por exemplo. Você praticamente inundaria a região toda. Belo Monte é um exemplo disso. O projeto original tinha reservatórios muito maiores, porque seria feito um acúmulo de água maior para se aproveitar para ciclos futuros. Tanto que o nome original do projeto era “Kararaô Babaquara”, dois nomes indígenas



que indicam as duas localidades onde estariam inseridas as usinas. A "Babaquara", que hoje é chamada de Altamira, estaria localizada dentro de terras indígenas. O governo sabe que existe potencial, mas não podia fazer, tanto que mudou o projeto original, que foi concebido na ordem de trinta anos atrás. Os outros dois exemplos são Chacorão, no rio Tapajós, e Guajaramirim, que invade terras da Bolívia. Ou seja, todo mundo quer reservatório de acumulação plurianual, mas é um sonho irrealizável a essa altura do campeonato. Porque os três aproveitamentos que permitiriam a construção, que por sua geografia seriam possíveis, são inviáveis neste momento.

Em entrevista para o Guia GTD, em 2012, o senhor dizia sobre a importância de uma resolução para o imbróglio da renovação das concessões. Na ocasião, defendeu que o governo elaborasse uma metodologia, que passasse por consulta pública, e aconteceu justamente o contrário. Como o senhor avalia a maneira como o governo conduziu o assunto?

Mais de um ano antes de o Governo promulgar a Medida Provisória 579, que tratou dessa questão, nós apresentamos um estudo sobre renovação de concessões, mostrando que o governo tinha várias alternativas que seriam adequadas para tratar a questão. Mas nada disso foi feito. Em setembro do ano passado, o Governo promulgou essa MP de uma forma absolutamente não transparente, surpreendendo integralmente todos os agentes do setor. E cheio de imperfeições, erros e

incongruências de toda natureza. Tanto é verdade que no mês seguinte, o próprio governo envolveu-se na necessidade de uma sucessão de outras medidas provisórias, outras regras, outros regulamentos, para tentar corrigir ou mitigar os problemas que ele mesmo criou com essa medida. O fato é que o setor elétrico, mesmo com problemas de toda a natureza, podia ser considerado um setor de infraestrutura sustentável, que tem uma política tarifária com correções, com imperfeições, mas que funcionava e que não era um setor judicializado. A partir de setembro de 2012, esse passou a ser um setor absolutamente insustentável. A tarifa hoje não corresponde ao custo da energia; a sociedade brasileira foi enganosamente informada de que a energia estava custando mais barato, quando na verdade, um sinal enganoso foi passado pra ela. Mas para manter "o apelo político" da divulgação de uma suposta economia da conta de luz, o governo começou a fazer inúmeras artificialidades, que envolvem até o deslocamento de recursos do tesouro para "tampar buracos" nas empresas, causados pelas imperfeições e pelos erros dessa MP.

E o que esse problema reflete no setor atualmente?

As regras do setor sempre foram promulgadas obedecendo um rito que envolvia audiências públicas, transparência e discussões. Um setor que por sua complexidade, por sua extrema inter-relação com os elementos, exala esse instrumento de audiência pública, até para corrigir potenciais



imperfeições na promulgação de novas regras. É uma situação muito grave na qual o País está se aprofundando. Notícias recentes dão conta de que o volume de recursos que o governo terá que aportar através de um encargo chamado CDE para suportar esse desbalanço, gerado por essa medida provisória, já ultrapassa R\$ 15 bilhões. Friso esse número para que se tenha a ordem de grandeza de relevância. R\$ 15 bilhões foi o número que o próprio governo, o ministro da Fazenda, veio a público dizer que era o esforço de economia, no corte de gastos públicos que o governo teria que fazer agora para atender os seus alvos de redução de geração de superávit primário. Enfim, aquilo que é anunciado como esforço máximo, que o governo vai conseguir fazer ou não, o próprio governo já está sendo obrigado a portar de forma indireta no setor elétrico, para compensar os buracos de insustentabilidade causados por aquela MP.

Por quanto tempo o setor elétrico ainda sentirá os efeitos da MP579?

Uma parte desses adiantamentos está sendo feita pelo prazo de cinco anos, conforme definido pela MP 579. Mas depois, as empresas repassarão isso levando para a tarifa esse custo. Daqui a cinco anos, vem uma bomba gigantesca na tarifa, que é a necessidade de aumentos para poder arcar com esses “empréstimos” feitos pelo tesouro. Do ponto de vista mais abrangente, eu diria que as consequências podem ser até mais graves, porque à medida em que são introduzidos os vetores de ineficiência num setor regulado como esse, é muito difícil se recuperar de uma maneira sustentável, ter um equilíbrio econômico financeiro em todas as atividades ao longo da cadeia: geração, transmissão e distribuição. Hoje, o setor elétrico sofre uma ameaça que vem de múltiplas fontes, mas principalmente, provocada pela loucura regulatória.



Depois da MP579, outra medida que gerou polêmica foi a Resolução CNPE 03 e uma chuva de liminares. Qual é a sua opinião sobre a medida?

Como houve a necessidade de acionar as térmicas por um tempo maior, os custos começaram a subir. Só que como foi feito o discurso político de queda do preço da energia, o governo saiu olhando de onde poderia tirar dinheiro para cobrir isso. Então, ele inventou essa Resolução N° 3. Essa é mais uma que eu listo como exemplo de erros cometidos como consequência dessa MP 579 e do uso político que se fez de uma suposta redução da conta de luz de 20%. Como os fatos mostravam que isso não era uma realidade, o governo começou a fazer uma série de medidas artificiais para tentar fazer valer aquela redução. Um desses absurdos foi a Resolução N° 3 do CNPE. Absurdo desde quando foi promulgada, sem discussão, sem transparência, seguindo o mau exemplo da 579, que ambos corromperam o que já era tradição no setor, de discussão prévia de todas as decisões importantes do setor elétrico. Um erro grave ao meu ver, pela maneira arbitrária e não coerente pela qual essa regulação estaria sendo promulgada.

Quais são os riscos dessa judicialização para o setor elétrico?

O risco é enorme. As empresas são forçadas a reagir a isso judicialmente, mas ainda estamos numa fase de liminares, algumas foram acolhidas, outras, rejeitadas. Porém, sabemos que o mérito dessas questões, dada a velocidade do judiciário, só vai ser julgado em seis, oito ou mais anos adiante. Isso mostra a fragilidade a qual o setor elétrico foi exposto. Imagine como uma empresa, que busca a eficiência e que administra seus custos de forma eficiente, planeja os seus investimentos em função dos resultados dos lucros que ela consegue obter. E então, tem sua carteira batida desse jeito, de forma intempestiva, ilógica, irracional e será, no futuro, ilegal também. Então, essa

“UM DESSES ABSURDOS FOI A RESOLUÇÃO Nº 3 DO CNPE. ABSURDO DESDE QUANDO FOI PROMULGADA, SEM DISCUSSÃO, SEM TRANSPARÊNCIA, SEGUINDO O MAU EXEMPLO DA MP579, QUE AMBOS CORROMPERAM O QUE JÁ ERA TRADIÇÃO NO SETOR, DE DISCUSSÃO PRÉVIA DE TODAS AS DECISÕES IMPORTANTES”

judicialização fragiliza o setor elétrico, fragiliza a sociedade brasileira e seguramente ou ela vai levar ao desequilíbrio econômico financeiro das empresas ou vai gerar uma energia mais cara aos consumidores, à medida em que as empresas tenham que passar a incorporar isso na avaliação de seus custos.

Quais devem ser os principais pontos da agenda regulatória em 2014?

Eu acho que o principal ponto deve ser corrigir essas distorções. Revogar esse aspecto dessa resolução Nº 3 do CNPE seria o início de uma boa solução. E tratar a tarifa de energia elétrica com realismo, dando sinais corretos para a sociedade. A energia é um bem caro, sim. Temos que fazer com eficiência para fazer o menos caro possível, tornando o nosso potencial de energia um ganho de competitividade para o Brasil. E não elementos de perda de competitividade, como tem sido. Ter uma ofensiva consequente em relação à redução dos tributos na conta de luz, que é outro problema muito sério. A energia elétrica é tributada de uma forma ainda mais perversa do que a do contribuinte brasileiro, de uma forma geral. A contribuição do setor elétrico para o Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro é da ordem de pouco mais de 2%. Por outro lado, a contribuição dos impostos emanados do setor elétrico é muito maior do que isso. O PIS/Cofins do setor elétrico é 5,2%, ou seja, nós proporcionalmente pagamos muito mais de imposto do que a nossa participação do PIB. Na arrecadação do ICMS é ainda pior, 8,4% do arrecadado vem do setor elétrico. Isso mostra o que precisa ser corrigido.

O senhor acha que todas essas mudanças regulatórias recentes afugentaram os investidores estrangeiros do mercado brasileiro?

Com certeza. Basta olhar na imprensa, ouvimos os investidores dizerem “não” ao Brasil. Ser um país grande

e ainda ter crescimento é sempre um alvo atraente para investimentos. Porém, cada vez mais investimentos nos setores mais distantes do governo, setores que não estejam submetidos a uma forte regulação, porque a instabilidade do setor regulatório está se mostrando absolutamente avassaladora. Então, é muito difícil imaginar que se convença um investidor a fazer um investimento a longo prazo quando essas regras são mudadas de maneira abrupta e as empresas são penalizadas de maneira inesperada. É claro que isso afugenta muitos investidores, o que é um absurdo quando o Brasil está atrasado na sua infraestrutura e precisando de investimentos. Está claro que o governo não tem recurso para isso. Quer dizer, ano após ano, aumenta-se a arrecadação, os gastos públicos e não aumenta a capacidade de investimento do governo. Ao contrário, ela continua muito abaixo do desejado. Então, precisamos de investimentos privados, mas medidas como essa afugentam os investidores ou fazem com que eles aconteçam de forma mais cara e menos eficiente. Porque para acontecer, o investidor tem que incorporar todos esses riscos nas suas avaliações.

E como recuperar a confiança deles?

Para recuperar a confiança de estrangeiros ou brasileiros, de uma maneira geral, só com transparência e estabilidade regulatória, com correção desses erros absurdos. Distorções como essas da CNPE 03, que impõe que o “garçom pague metade da conta do café que alguém tomou em seu restaurante”, precisam ser corrigidas. São distorções que fazem com que a energia elétrica seja desnecessariamente cara no Brasil, estão ligadas a questões de tributos e encargos. E voltar para uma linha de transparência e realismo tarifário, regras claras, sendo cumpridas e não sendo transformadas ao prazer de um discurso eleitoral feito numa televisão. ■

Por Adriana Maciel

PRESIDENTE DO INSTITUTO ACENDE BRASIL, CLÁUDIO SALES, CRITICA AS ÚLTIMAS INTERVENÇÕES GOVERNAMENTAIS E AFIRMA QUE AS MEDIDAS FIZERAM COM QUE O SETOR ELÉTRICO PERDESSE DUAS DE SUAS PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS

Com a aprovação da Medida Provisória 579, em setembro de 2012, e a Resolução ne3 do Conselho Nacional de Políticas Energéticas (CNPE), que entrou em vigor neste ano, o setor elétrico vem passando por um processo de intervenções - governamentais e judiciais - para tentar minimizar os impactos económicos negativos para as geradoras, transmissoras e distribuidoras.

Diante desse cenário de liminares e tentativas do governo de reduzir a tarifa de energia a qualquer custo, o presidente do Instituto Acende Brasil, Cláudio Sales, faz uma análise dos efeitos dessas mudanças para o setor. Para o executivo, o setor elétrico perdeu suas principais características: o da transparência e estabilidade.

Em artigo recente, o senhor discorreu sobre o que chamou de "falso mito dos grandes reservatórios" e finalizou dizendo que não há espaço para amadores ou campanhas publicitárias. O que quis dizer com isso?

Imagina um grande reservatório que permite acumular água num volume muito maior do que a demanda daquela própria usina em diferentes estações do ano. Esses reservatórios de acumulação plurianual geralmente se localizam mais para os lados das cabeceiras dos rios, porque acumulam um grande volume de água que pode ser utilizado em cadeia, não só pela própria usina, que estaria anexa a esse reservatório, mas por outras usinas em cascata existentes ao longo do rio. O Brasil tem 1071 usinas, das quais UHEs de grande porte são 191 porém usinas com reservatório plurianual são apenas 26. E por que não tem mais? Porque a opção por se construir o reservatório plurianual não é produto exclusivo da vontade do planejador, ela pressupõe que existe uma condição geográfica, que existe um local que permita uma condição de se construir o reservatório dessa natureza. Atualmente, há três grandes reservatórios teoricamente possíveis de ser construídos, porém o próprio governo já retirou das possibilidades de construção, dois deles por estarem em terras indígenas, e um deles é no rio Madeira, e boa parte invadiria o território boliviano. Importante entender por que frequentemente tem havido manifestações, até na imprensa, chamando atenção para a necessidade de o Brasil construir usinas com reservatórios de acumulação plurianual, porque em vez de acionar térmicas, usaríamos a água do reservatório. As pessoas que dizem isso não falam que o Brasil não comporta esse tipo de UHE agora, porque você tem que ter uma topografia que permita fazer o reservatório. Imagine você ter que fazer um reservatório numa região plana, como a Amazônia, por exemplo. Você praticamente inundaria a região toda. Belo Monte é um exemplo disso. O projeto original tinha reservatórios muito maiores, porque seria feito um acúmulo de água maior para se aproveitar para ciclos futuros. Tanto que o nome original do projeto era "Kararaô Babaquara", dois nomes indígenas que indicam as duas localidades onde estariam inseridas as usinas. A "Babaquara", que hoje é chamada de

Altamira, estaria localizada dentro de terras indígenas. O governo sabe que existe potencial, mas não podia fazer, tanto que mudou o projeto original, que foi concebido na ordem de trinta anos atrás. Os outros dois exemplos são Chacorão, no rio Tapajós, e Guajaramirim, que invade terras da Bolívia. Ou seja, todo mundo quer reservatório de acumulação plurianual, mas é um sonho irrealizável a essa altura do campeonato. Porque os três aproveitamentos que permitiriam a construção, que por sua geografia seriam possíveis, são inviáveis neste momento.

Em entrevista para o Guia GTD, em 2012, o senhor dizia sobre a importância de uma resolução para o imbrólio da renovação das concessões. Na ocasião, defendeu que o governo elaborasse uma metodologia, que passasse por consulta pública, e aconteceu justamente o contrário. Como o senhor avalia a maneira como o governo conduziu o assunto?

Mais de um ano antes de o Governo promulgar a Medida Provisória 579, que tratou dessa questão, nós apresentamos um estudo sobre renovação de concessões, mostrando que o governo tinha várias alternativas que seriam adequadas para tratar a questão. Mas nada disso foi feito. Em setembro do ano passado, o Governo promulgou essa MP de uma forma absolutamente não transparente, surpreendendo integralmente todos os agentes do setor. E cheio de imperfeições, erros e incongruências de toda natureza. Tanto é verdade que no mês seguinte, o próprio governo envolveu-se na necessidade de uma sucessão de outras medidas provisórias, outras regras, outros regulamentos, para tentar corrigir ou mitigar os problemas que ele mesmo criou com essa medida. O fato é que o setor elétrico, mesmo com problemas de toda a natureza, podia ser considerado um setor de infraestrutura sustentável, que tem uma política tarifária com correções, com imperfeições, mas que funcionava e que não era um setor judicializado. A partir de setembro de 2012, esse passou a ser um setor absolutamente insustentável. A tarifa hoje não corresponde ao custo da energia; a sociedade brasileira foi enganosamente informada de que a energia estava custando mais barato, quando na verdade, um sinal enganoso foi passado pra ela. Mas para manter "o apelo político" da divulgação de uma suposta economia da conta de luz, o governo começou a fazer inúmeras artificialidades, que envolvem até o deslocamento de recursos do tesouro para "tampar buracos" nas empresas, causados pelas imperfeições e pelos erros dessa MP.

E o que esse problema reflete no setor atualmente?

As regras do setor sempre foram promulgadas obedecendo um rito que envolvia audiências públicas, transparência e discussões. Um setor que por sua complexidade, por sua extrema inter-relação com os elementos, exala esse instrumento de audiência pública, até para corrigir potenciais imperfeições na promulgação de novas regras. É uma situação muito grave na qual o País está se aprofundando. Notícias recentes dão conta de que o volume de recursos que o governo terá que aportar através de um encargo chamado CDE para suportar esse desbalanço, gerado por essa medida provisória, já ultrapassa R\$ 15 bilhões. Friso esse número para que se tenha a ordem de grandeza de relevância. R\$ 15 bilhões

foi o número que o próprio governo, o ministro da Fazenda, veio a público dizer que era o esforço de economia, no corte de gastos públicos que o governo teria que fazer agora para atender os seus alvos de redução de geração de superavit primário. Enfim, aquilo que é anunciado como esforço máximo, que o governo vai conseguir fazer ou não, o próprio governo já está sendo obrigado a portar de forma indireta no setor elétrico, para compensar os buracos de insustentabilidade causados por aquela MP.

Por quanto tempo o setor elétrico ainda sentirá os efeitos da MP579?

Uma parte desses adiantamentos está sendo feita pelo prazo de cinco anos, conforme definido pela MP 579. Mas depois, as empresas repassarão isso levando para a tarifa esse custo. Daqui a cinco anos, vem uma bomba gigantesca na tarifa, que é a necessidade de aumentos para poder arcar com esses "empréstimos" feitos pelo tesouro. Do ponto de vista mais abrangente, eu diria que as consequências podem ser até mais graves, porque à medida em que são introduzidos os vetores de ineficiência num setor regulado como esse, é muito difícil se recuperar de uma maneira sustentável, ter um equilíbrio econômico financeiro em todas as atividades ao longo da cadeia: geração, transmissão e distribuição. Hoje, o setor elétrico sofre uma ameaça que vem de múltiplas fontes, mas principalmente, provocada pela loucura regulatória.

Depois da MP579, outra medida que gerou polêmica foi a Resolução CNPE 03 e uma chuva de liminares. Qual é a sua opinião sobre a medida?

Como houve a necessidade de acionar as térmicas por um tempo maior, os custos começaram a subir. Só que como foi feito o discurso político de queda do preço da energia, o governo saiu olhando de onde poderia tirar dinheiro para cobrir isso. Então, ele inventou essa Resolução N° 3. Essa é mais uma que eu listo como exemplo de erros cometidos como consequência dessa MP 579 e do uso político que se fez de uma suposta redução da conta de luz de 20%. Como os fatos mostravam que isso não era uma realidade, o governo começou a fazer uma série de medidas artificiais para tentar fazer valer aquela redução. Um desses absurdos foi a Resolução N° 3 do CNPE. Absurdo desde quando foi promulgada, sem discussão, sem transparência, seguindo o mau exemplo da 579, que ambos corromperam o que já era tradição no setor, de discussão prévia de todas as decisões importantes do setor elétrico. Um erro grave ao meu ver, pela maneira arbitrária e não coerente pela qual essa regulação estaria sendo promulgada.

Quais são os riscos dessa judicialização para o setor elétrico?

O risco é enorme. As empresas são forçadas a reagir a isso judicialmente, mas ainda estamos numa fase de liminares, algumas foram acolhidas, outras, rejeitadas. Porém, sabemos que o mérito dessas questões, dada a velocidade do judiciário, só vai ser julgado em seis, oito ou mais anos adiante. Isso mostra a fragilidade a qual o setor elétrico foi exposto. Imagine como uma empresa, que busca a eficiência e que administra seus custos de forma eficiente, planeja os seus investimentos em função dos resultados dos lucros que ela consegue obter. E

então, tem sua carteira batida desse jeito, de forma intempestiva, ilógica, irracional e será, no futuro, ilegal também. Então, essa judicialização fragiliza o setor elétrico, fragiliza a sociedade brasileira e seguramente ou ela vai levar ao desequilíbrio econômico financeiro das empresas ou vai gerar uma energia mais cara para os consumidores, à medida em que as empresas tenham que passar a incorporar isso na avaliação de seus custos.

Quais devem ser os principais pontos da agenda regulatória em 2014?

Eu acho que o principal ponto deve ser corrigir essas distorções. Revogar esse aspecto dessa resolução Nº 3 do CNPE seria o início de uma boa solução. E tratar a tarifa de energia elétrica com realismo, dando sinais corretos para a sociedade. A energia é um bem caro, sim. Temos que fazer com eficiência para fazer o menos caro possível, tornando o nosso potencial de energia um ganho de competitividade para o Brasil. E não elementos de perda de competitividade, como tem sido. Ter uma ofensiva consequente em relação à redução dos tributos na conta de luz, que é outro problema muito sério. A energia elétrica é tributada de uma forma ainda mais perversa do que a do contribuinte brasileiro, de uma forma geral. A contribuição do setor elétrico para o Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro é da ordem de pouco mais de 2%. Por outro lado, a contribuição dos impostos emanados do setor elétrico é muito maior do que isso. O PIS/ Cofins do setor elétrico é 5,2%, ou seja, nós proporcionalmente pagamos muito mais de imposto do que a nossa participação do PIB. Na arrecadação do ICMS é ainda pior, 8,4% do arrecadado vem do setor elétrico. Isso mostra o que precisa ser corrigido.

O senhor acha que todas essas mudanças regulatórias recentes afugentaram os investidores estrangeiros do mercado brasileiro?

Com certeza. Basta olhar na imprensa, ouvimos os investidores dizerem "não" ao Brasil. Ser um país grande e ainda ter crescimento é sempre um alvo atraente para investimentos. Porém, cada vez mais investimentos nos setores mais distantes do governo, setores que não estejam submetidos a uma forte regulação, porque a instabilidade do setor regulatório está se mostrando absolutamente avassaladora. Então, é muito difícil imaginar que se convença um investidor a fazer um investimento a longo prazo quando essas regras são mudadas de maneira abrupta e as empresas são penalizadas de maneira inesperada. É claro que isso afugenta muitos investidores, o que é um absurdo quando o Brasil está atrasado na sua infraestrutura e precisando de investimentos. Está claro que o governo não tem recurso para isso. Quer dizer, ano após ano, aumenta-se a arrecadação, os gastos públicos e não aumenta a capacidade de investimento do governo. Ao contrário, ela continua muito abaixo do desejado. Então, precisamos de investimentos privados, mas medidas como essa afugentam os investidores ou fazem com que eles aconteçam de forma mais cara e menos eficiente. Porque para acontecer, o investidor tem que incorporar todos esses riscos nas suas avaliações.

E como recuperar a confiança deles?

Para recuperar a confiança de estrangeiros ou brasileiros, de uma maneira geral, só com transparência e estabilidade regulatória, com correção desses erros absurdos. Distorções como essas da CNPE 03, que impõe que o "garçom pague metade da conta do café que alguém tomou em seu restaurante", precisam ser corrigidas. São distorções que fazem com que a energia elétrica seja desnecessariamente cara no Brasil, estão ligadas a questões de tributos e encargos. E voltar para uma linha de transparência e realismo tarifário, regras claras, sendo cumpridas e não sendo transformadas ao prazer de um discurso eleitoral feito numa televisão